



MUSEU DO ÍNDIO

MUSEU AO VIVO

ANO VII

Nº14



JULHO/95 A MAIO/96

Goretti Moreira



1- Grupo teatral encenando a peça "Os Índios Invisíveis" na Casa Guarani, ambientada nos jardins do Museu

Projeto recupera acervo visual

Página 3

Museu do Índio retoma trajetória científico-cultural

Editorial, Página 2



2 - Visita do Marechal Rondon aos índios Arití, em Mato Grosso, no Núcleo Indígena Utariiti (1900-1910)

EDITORIAL

O Museu do Índio está, finalmente, concluindo uma fase de sua trajetória. Após a recuperação de seus espaços, o reativamento de seus serviços ao público e o acondicionamento tecnicamente correto do seu acervo, o Museu está preparado para tornar-se um centro referencial na disseminação de informações acerca das populações indígenas. Inicia-se, no momento, a instalação de uma rede de informática, onde o usuário, em breve, poderá ter com agilidade informações sobre as sociedades indígenas brasileiras.

Em abril, abrimos novos espaços à visitação, expandindo nossa área de exposição. Os Guarani-Mbyá

da Aldeia Sapukai, em Bracuí, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, construiram uma casa (o'y) que, ambientada e sonorizada, dá uma noção ao visitante



da organização do espaço e cotidiano desse povo. Além da habitação, organizamos a plantação de uma roça (koku'e) Guarani com as principais espécies consumidas. Ambientamos e

adaptamos, também, uma cozinha xinguana com o intuito de fornecer noções sobre o preparo de alimentos no Xingu.

A resposta do público é imediata. Em abril, superamos, em muito, o número de visitantes em relação ao mesmo período do ano passado, sobretudo do público escolar. Como complementação das atividades oferecidas ao público infantil, a peça "Os Índios Invisíveis", encenada nos jardins da instituição, acontece até dezembro.

Assim, o Museu do Índio retoma seu rumo como instituição científico-cultural, voltada à divulgação, sem preconceitos, de aspectos das sociedades indígenas.

EXPEDIENTE

Jornal Museu ao Vivo - nº14 - Ano VII - julho/95 a maio/96

Editado pela Comunicação Social/ Serviço de Atividades Culturais e Divulgação - SACD

Museu do Índio
Fundação Nacional do Índio

Presidente da FUNAI:
Júlio Gaiger

Diretor do Museu do Índio:
José Carlos Levinho

Jornalista:
Cristina de Jesus Botelho
Brandão
reg. prof. 18.678

Consultora Técnica:
Arilza Nazareth de Almeida
(antropóloga)

Ilustração:
Gerson Togo

Projeto Gráfico:
Daniela S. de Oliveira

Revisão:
Cristina de Jesus Botelho
Brandão
Arilza Nazareth de Almeida
Andressa Santos de Paula

Distribuição Gratuita
Tiragem: cinco mil exemplares

Museu do Índio
Rua das Palmeiras, 55 -
Botafogo
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22270-070
TELEFAX: 286-8899 e 286-7745

MV não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias assinadas ou entrevistas.

EM FOCO

PROGRAMAÇÃO DO MUSEU DO ÍNDIO

-Mostras: Cenas do Cotidiano Indígena e Objetos - Formas e Cores da Arte das Sociedades Indígenas Brasileiras

-Visitação: de segunda a sexta-feira, das 10 às 17h30m; sábado e domingo, das 13 às 17 horas

-Sessões de vídeo diárias, às 11 e 16 horas

-Casa Guarani e cozinha Xinguana ambientadas nos jardins

-Visitas orientadas a grupos escolares, através de marcação prévia pelos telefones 286-8899 e 286-7745 - ramal 215 - *Serviço de Atividades Culturais e Divulgação - SACD*

Nos fins-de-semana, às 17 horas, acontece a apresentação teatral "Os Índios Invisíveis" - Ingresso: R\$12

VISITE A LOJA ARTÍNDIA - De 2^a a 6^a, das 9h às 17h30m; sábado e domingo, das 13 às 17 horas.

ENTREVISTA

* com Júlio Gaiger

Quais as suas principais metas de trabalho na presidência da Funai?

JG- A meta mais importante, determinada pelo Presidente da República e transmitida a mim pelo Ministro da Justiça Nelson Jobim, é concluir o processo de demarcação de terras indígenas até o final deste Governo. E para que isso aconteça, daremos ênfase ao reaparelhamento da Funai. O segundo passo é efetivar a garantia dos direitos dos índios tal como determina a Constituição de 88. Queremos, se possível, deixar estabelecidos os fundamentos de um novo relacionamento entre sociedade brasileira e comunidades indígenas, apontando em direção de sua autonomia econômica e da sua possibilidade de interferência nas decisões que as afetem.

Sabe-se que hoje, com a reformulação, a Funai passaria a ter mais poderes. Mas como será seu relacionamento com as comunidades indígenas?

JG- Eu quero acentuar a participação



Roberto Cruz CGAB/FUNAI

das comunidades indígenas de maneira que as nossas políticas e os nossos métodos possam ser definidos em consultas constantes aos povos indígenas. Não podemos esquecer que a Funai é o canal através do qual a sociedade brasileira e o Estado se relacionam com essas comunidades. Quanto à reformulação, é também uma proposta que encaminharemos, envolvendo mais densamente os funcionários da Funai e a consulta às comunidades e ONG's que militam nesta área. É preciso que esta reformulação atenda a todos.

O Decreto 1.775, que altera os procedimentos de demarcação, garantindo o direito ao contraditório, não está deixando os índios preocupados? Como o senhor analisa este fato?

JG - Eu quero lembrar que o Decreto

deixa claro uma coisa: o Ministro da Justiça só pode mudar uma proposta de demarcação feita pela Funai, se esta proposta não estiver de acordo com a definição constitucional de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, que está no parágrafo 1º do artigo 231. Esta é a única hipótese em que o Ministro pode recusar uma proposta de demarcação. Ora, todos nós queremos que seja aplicada a Constituição na hora de definir as Terras Indígenas. Todos nós sabemos que o Ministro e a Funai estão submetidos à Constituição. Por isso, não existe razão para temores, pois este decreto não pretende privilegiar aqueles que se opõem às demarcações. O fato dele ter aberto a possibilidade de que outras pessoas possam manifestar-se também, não deve preocupar nossos índios. Isso, inclusive, vai permitir que a administração pública se antecipe a eventuais conflitos e permitir, fundamentalmente, que estas resistências se dêem dentro dos limites do Decreto, ao invés de ficarem na sombra, nos bastidores. É bom lembrar, também, que este direito é válido inclusive para as comunidades que se sentirem prejudicadas.

O novo Decreto cria prazos para as demarcações. Isso agiliza o

processo?

JG- Mas é claro! No direito brasileiro, existe um princípio que qualquer alteração de procedimentos se aplique a todos os casos pendentes, e como a demarcação é um procedimento muito complexo, que só termina com o registro da terra, foi obrigatório que o Decreto se aplique a todos os casos não registrados. Isso não é um capricho do Ministro da Justiça, mas está no sistema jurídico brasileiro. Como o procedimento tem que ser suspenso até o transcurso do Decreto, ficou a sensação de retardamento. Mas não é isso, todas as etapas, a partir de agora, terão que obedecer os prazos e a Funai está se aparelhando para cumprir todos eles.

***Júlio Gaiger, 39 anos, Advogado, assumiu a Presidência da Fundação Nacional do Índio - Funai no dia 12 de março.**

(Entrevista realizada pela Coordenadoria Geral de Assuntos Externos da Funai)

DESTAQUE

COMISSÃO RONDON EM RECUPERAÇÃO

Está em fase de conclusão, o projeto de restauração e conservação dos 1.800 negativos em vidro da Comissão Rondon. O trabalho, realizado pelo especialista em material fotográfico, Sérgio Burgi, e pelo Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio, permitirá aumentar a sobrevida do acervo original - com cerca de 80 anos - além de torná-lo acessível ao público. Para isso, foi feita duplicação fotográfica em filme flexível, sendo possível, agora, produzir cópias para atender promoções de exposições e consultas de pesquisadores.

São imagens raras, utilizadas para ilustrar os relatórios das antigas

Inspecções do Serviço de Proteção aos Índios - SPI na época das expedições de "desbravamento" do interior do Brasil, através de assentamento de populações e demarcação de fronteiras, e de instalação das linhas telegráficas (1890-1930)."A diversidade encontrada na formação desse acervo permite a antropólogos, historiadores, pesquisadores em geral e indígenas empregarem as fotografias para desvendar e repensar um período da história indígena e do indigenismo no Brasil.", afirma Carlos Augusto da Rocha Freire, mestre em Antropologia Social e pesquisador do Museu do Índio.

Essa memória visual dos primeiros

contatos com diversos grupos indígenas foi guardada até hoje pelo Laboratório Fotográfico do Museu do Índio, cujo laboratorista, João Domingos Lamônica, montou, em 1942, a pedido do Marechal Rondon, o laboratório do então, SPI. O material encravava-se acondicionado precariamente e parte dele quebrado. Algumas chapas apresentavam fungos. "A recuperação desse acervo está sendo útil, também, para o serviço de indexação e catalogação, facilitando, em breve, a informatização do setor", conclui Ana Maria da Paixão, antropóloga do Serviço de Registro Audiovisual do Museu.

PESQUISA INDÍGENA

Os Índios no Espírito Santo

No litoral norte do Espírito Santo, no Município de Aracruz, encontram-se três Terras Indígenas habitadas pelos índios Tupiniquim e Guarani-Mbyá.

Na Terra Indígena Caiéiras Velhas, estão localizadas as aldeias Tupiniquim de Caiéiras Velhas e Irajá e a aldeia Guarani-Mbyá de Boa Esperança, distribuídas numa área de 1.519 hectares. No último censo realizada pela Fundação Nacional do Índio - Funai na área, no final de 1993, Caiéiras Velhas, Irajá e Boa Esperança possuíam, respectivamente, 536, 148 e 167 habitantes.

A aldeia de Pau Brasil é a única localizada na Terra Indígena Pau Brasil, a menor de todas as Terras Tupiniquim, com 426 hectares. Em 1993, possuía 212 pessoas.

Já a Terra Indígena Comboios tem 2.546 hectares, onde estavam distribuídos seus 243 habitantes em 1993, estabelecidos, principalmente, na aldeia de Comboios.

Os ancestrais dos atuais Tupiniquim viviam, no século XVI, na região do litoral compreendida entre o norte do Espírito Santo e o sul da Bahia. Situados na faixa de colonização antiga do litoral, através dos séculos, os Tupiniquim sofreram toda a sorte de compulsões anti-indígenas, sendo vistos por cronistas e viajantes como "índios civilizados", que detinham especificidades culturais com variadas técnicas de produção e alguns rituais religiosos.

No início do século XX, os agentes do antigo Serviço de Proteção aos Índios - SPI encontraram esses remanescentes indígenas vivendo, ainda, em suas posses imemoriais, mas foram omissos em prestar-lhes assistência. Abandonados à própria sorte, vivendo dispersos pelas matas do novo Município de Aracruz, os Tupiniquim só voltaram a ser notícia em meados da década de 70, quando, pressionados por empreendimentos econômicos, suas denúncias foram, enfim, reconhecidas pela Funai.

Naquela ocasião, os índios viviam uma situação limite, de total desespero, pois milhares de hectares de matas do litoral haviam sido derrubadas, para que houvesse reflorestamento com eucalipto e posterior instalação de um parque industrial de fábrica de celulose.

O período entre 1975 e 1983, ano em que as áreas indígenas Tupiniquim foram homologadas, foi repleto de conflitos entre índios, posseiros, Prefeitura local, Igreja, Funai, empresas, políticos e várias outras instituições. Nesse processo tumultuado, os índios garantiram a posse de 4.491 hectares, bem menos do que os 6.500 hectares previstos, inicialmente, pela Funai. Insatisfeitos com esse resultado, os Tupiniquim, com o auxílio dos Mbyá, consolidaram sua ocupação nas três áreas indígenas durante a década de 80 e, agora, desde 1993, reivindicam a ampliação e unificação de suas Terras Indígenas.

Hoje, os Tupiniquim, ao contrário da tradição Mbyá, estabelecem relações de afinidade com a população regional, realizando casamentos interétnicos que correspondem a quase 20 por cento do total. Todos os que se unem aos Tupiniquim são bem recebidos pela comunidade, desde que respeitem os índios e seu modo de vida.

As festas religiosas, lideradas pelas "Bandas de Congo" (ou Dança do Tambor), favorecem o surgimento de relações de afinidade entre as aldeias. A Dança do Tambor é uma tradição secular dos Tupiniquim, que possibilita a convivência e a integração dos índios, reiterando sua identidade indígena.

As áreas tradicionais de cultivo das aldeias

Tupiniquim foram cercadas e reduzidas, quando foram plantados os eucaliptos, ao contrário de Comboios, que era área de restinga e antiga reserva biológica estadual.

Os Tupiniquim têm uma cultura de subsistência, baseada no plantio de mandioca, feijão e milho. Entre os índios coexistem tanto a produção familiar, voltada para o próprio consumo, como os roçados coletivos, cujo resultado é repartido segundo as necessidades de cada família.

A outra grande fonte de obtenção de alimentos está nas atividades de pesca e marisqueamento. Nos rios Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim e seus mangues, os Tupiniquim de Caiéiras Velhas põem em prática algumas habilidades, principalmente na confecção de armadilhas para peixes. Já os índios de Pau Brasil e Comboios, devido ao assoreamento dos rios Sahy e Guaxindiba e à poluição do Rio Comboios, poucos recursos obtêm da pesca.

Com o desmatamento da região, os animais sumiram e os índios já não caçam, mas

* Carlos Augusto da Rocha Freire

ainda coletam cipós e madeiras nas matas que restaram dos quais produzem o artesanato utilizado no dia-a-dia - samburás, penciras, gamelas, cestos, comercializado nas cidades e vilas do Município.

Muitos índios não conseguem sobreviver apenas com os recursos naturais e as atividades econômicas desenvolvidas nas Terras Indígenas, passando a vender a sua mão-de-obra desqualificada no mercado regional, engrossando o contingente de trabalhadores marginais às cidades da região. Muitas famílias Tupiniquim, que moram hoje na periferia de cidades próximas, aguardam uma definição da nova reivindicação territorial para retornar às Terras Indígenas.

Dante da atual degradação ambiental das Terras Indígenas, o futuro dos índios do Espírito Santo é incerto. Por isso, sua atual reivindicação necessita de todo o apoio daqueles que se interessam pela causa indígena.

*Mestre em Antropologia Social e Pesquisador do Museu do Índio

IMPRESSO